

Notas e informações

O preço de um adiamento

Se foi realmente o sucesso do Plano Cruzado que valeu ao PMDB esta grande vitória nas urnas, não se entende que o presidente da República protele as decisões que, segundo o ministro da Fazenda, sr. Dilson Funaro, constituem simples "ajustes técnicos". Com efeito, deveria o presidente José Sarney realizar, o mais cedo possível, as reformas que ainda poderão salvar o Plano Cruzado. Certamente, são forças ocultas — com o rabo de fora, é verdade — que procuram postergar as reformas cujo retardamento, a cada dia, torna mais dramática a situação.

Sensível aos conselhos dos novos donos do poder, o presidente da República adiou para o fim desta semana ou o início da próxima a adoção de medidas que, para ser eficientes, exigirão sacrifícios, sob o pretexto de que não se devia dar a impressão de que se esperou o resultado das eleições para corrigir os rumos de um Plano cuja engenharia ameaçava as estruturas montadas. Ora, ninguém duvida de que foram deixadas para depois das eleições as reformas necessárias para não se perderem votos ao reconhecer que o sonho de uma noite de verão havia acabado. Conforme nos havia confessado certo membro da equipe governamental, eram contados com angústia os dias que antecediam as eleições, com o receio de que a construção ruísse antes do pleito. O tempo perdido agravou a situação, e de tal modo que a população brasileira hoje aceita, pacificamente, pagar ágios sobre todos os produtos e serviços, sem o entusiasmo dos "fiscais de Sarney", que concorreu apreciavelmente para convencer a Nação de que a inflação constituía o mal absoluto. A contemporização das medidas correctivas ameaça os consumidores com uma espécie de mitridatismo, que os levaria a aceitar pacificamente a retomada da inflação, mesmo não captada pelos índices, perdendo-se assim a grande vantagem do choque psicológico de 27 de fevereiro...

Na sua grande sabedoria e com seu realismo, o povo brasileiro havia assentido em esperar que as reformas fossem feitas logo após as eleições, mas agora se dá conta de que os problemas políticos se sobrepõem à premência econômica, fato que certamente não concorrerá para inspirar confiança na ação política.

Faz um mês que a economia brasileira está em clima de suspense e que se especula em torno da mudança dos seus rumos. Não faltaram as indiscrições oficiais ou oficiosas, para indicar o que seria modificado. Com isso, criou-se confusão ainda maior, mas que está custando muito caro ao País.

Em primeiro lugar, cabe assinalar as perdas da balança comercial, das quais, provavelmente, o País não conseguirá ressarcir-se, e que ocorrem no momento em que precisaria obter o maior superávit possível, para reduzir a transferência para o Exterior da poupança interna. Teme-se uma desvalorização cambial enquanto as regras do jogo não estão claramente definidas. Não cremos que tal desvalorização seja prioritária, com a amplitude anunciada por alguns especuladores. Mas sabemos que o mercado externo, para funcionar, precisa dispor de indicações seguras quanto aos princípios a ser adotados. Tudo indica que teremos de voltar, com uma economia que deixará de ser escrava do artificial congelamento, ao sistema de minidesvalorizações, que, aliás, parecia ter sido a significação da primeira mudança de taxa cambial do cruzado. O adiamento das definições políticas apenas fortalece a especulação.

O declínio das exportações não tem como causa principal a defasagem da taxa cambial. Numerosos países suportaram anos a fio a inflação sem mudar sua taxa cambial, cuidando apenas de melhorar a produtividade para manter sua capacidade de concorrência. No Brasil de hoje, é principalmente a pressão da demanda interna que re-

duz as exportações e estimula as importações. Seria preciso que o governo, não só por meio de balões-de-ensaio, mas de um claro pronunciamento, reconhecesse que pretencia, logo após as eleições, tomar medidas para conter o consumo, que o ritmo da produção industrial não consegue acompanhar.

O postergamento da fixação das normas para os reajustes salariais (sob o signo do "gatilho"...) favorece pressões para obter vantagens que a conjuntura atual não comporta. Fortalecido por sua vitória eleitoral, o governo Sarney tem certamente agora condições de obter o apoio da maioria e estabelecer as normas de um pacto social que contribuiria para a pacificação. Na Espanha, com maioria bem menor, o partido socialista conseguiu, depois das eleições, instituir um pacto social que concorreu para dissipar as ameaças inflacionárias.

O retardamento da fixação da nova política econômica está fomentando a ascensão das taxas de juros, conveniente talvez para os que querem impor um tabelamento retrógrado, mas que certamente não favorece os investimentos, tão necessários nesta fase. O clima de incerteza justifica toda sorte de especulações e cria um clima que faz lembrar a ciranda financeira. Mas a Bolsa de Valores se deprime e, com isso, afastam-se as possibilidades de criação de um mercado para financiamentos a longo prazo.

Cabe ao presidente da República, que já conhece as intenções de sua equipe econômica, resistir à pressão dos que querem manter a economia artificial, cujo destino é apenas a recessão, que manterá o capital estrangeiro por longo tempo distanciado do País. Se o Plano Cruzado foi o poderoso eleitor, o presidente tem de salvá-lo, com coragem e sem ceder àqueles que hoje se consideram os pais do Plano e que, a princípio, o repudiavam, e que o batizaram pelo que tem de pior: o congelamento que conduz à estatização.